CAPÍTULO 11

PROTAGONISMO, LIDERANÇA E REDES DE COLABORAÇÃO ENTRE HOMENS SURDOS: ASSOCIATIVISMO, MOVIMENTO SOCIAL E PRODUÇÃO DE SABERES

https://doi.org/10.68044/1j5c6246

Davi Pereira da Silva Júnior [1]
Graduação em Letras - Libras. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.

Valdicley Pereira Campos [2]
Graduando em Licenciatura em Letras Libras/Português pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Graduado em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), em 2016. Especialista em Libras e Educação para Surdos pela Universidade Pitágoras Unopar.

RESUMO: Este artigo discute o protagonismo, a liderança e as redes de colaboração entre homens surdos, tomando o associativismo, o movimento social e a produção de saberes como eixos articuladores. De natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, o estudo mobiliza pesquisas sobre trajetórias de líderes surdos, organizações associativas, mobilização política, redes sociais digitais e autoria acadêmica. Argumenta-se que a liderança surda não se explica por atributos individuais isolados, mas se constitui em relações de pertencimento linguístico e cultural, no contato entre pares, na participação em associações e na circulação por redes que conectam comunidade, universidade e espaços institucionais. As análises mostram que homens surdos assumem funções de representação, organização e formação política ao transformar experiências coletivas em reivindicações, alianças e conhecimentos. Destaca-se, ainda, que a produção acadêmica surda amplia a autoridade epistêmica do movimento. Conclui-se que protagonismo e liderança dependem de redes colaborativas capazes de sustentar memória, participação, direitos e renovação geracional.

Palavras-chave: Protagonismo surdo; Liderança surda; Associativismo; Redes de colaboração.

INTRODUÇÃO

O protagonismo surdo, quando observado no interior de associações, movimentos sociais, coletivos e espaços acadêmicos, não pode ser reduzido à visibilidade individual de determinadas lideranças. Ele se constrói em relações sociais, linguísticas e culturais que permitem a pessoas surdas reconhecerem-se como sujeitos de direitos, formularem demandas coletivas, criarem formas próprias de representação e intervirem em arenas públicas. Nesse processo, as associações de surdos, os encontros entre pares, as redes de militância e as articulações com universidades, escolas, profissionais e instituições públicas constituem ambientes de aprendizagem política e de produção de vínculos. A liderança, portanto, emerge de uma trama

coletiva e se mantém pela capacidade de articular pessoas, memórias, reivindicações e conhecimentos.

Estudos centrados em trajetórias pessoais ajudam a compreender como essas redes são vividas. Vasconcelos et al. (2016, p. 84-89), ao analisarem cinco lideranças surdas, entre as quais quatro homens, identificaram a importância do contato com outros surdos, da língua de sinais, das associações, das experiências religiosas, do trabalho e das redes de interação para a constituição de percursos de liderança. Gil (2011, p. 43-51), em investigação com quatro homens surdos da comunidade surda portuguesa, também relaciona liderança à militância, ao compromisso comunitário, à defesa da língua de sinais, à capacidade de circular entre diferentes espaços sociais e ao reconhecimento pelos pares. Em ambos os estudos, a liderança aparece como trajetória construída na convivência e na ação, e não como atributo natural ou exclusivamente individual.

O recorte deste artigo privilegia homens surdos porque parte da literatura mobilizada apresenta, de modo explícito, trajetórias masculinas em contextos associativos e de militância. Essa delimitação, contudo, não autoriza generalizações sobre diferenças entre homens e mulheres surdos. Gil (2011, p. 51) reconhece a necessidade de estudos posteriores que comparem liderança e gênero, indicando que sua própria investigação não fornece base para conclusões causais sobre masculinidade. Assim, o interesse aqui está

em compreender como homens surdos descritos nas fontes se constituem como protagonistas e líderes em redes coletivas, sem atribuir suas formas de atuação a uma essência masculina.

A questão que orienta a reflexão é: de que maneira o associativismo, o movimento social e as redes de colaboração contribuem para a formação de lideranças entre homens surdos e para a produção e circulação de saberes? O objetivo consiste em analisar, a partir das fontes selecionadas, as relações entre pertencimento comunitário, participação associativa, mobilização política, mediação digital e autoria acadêmica, enfatizando como esses elementos transformam experiências individuais em repertórios coletivos de ação e conhecimento.

Metodologicamente, trata-se de um estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa e caráter analítico-interpretativo. Foram mobilizados textos que abordam histórias de vida de líderes surdos, liderança masculina, movimento social surdo, associativismo, redes sociais digitais, representação política, produção acadêmica e experiências associativas contemporâneas. A leitura foi organizada em cinco eixos articulados: associação como espaço de pertencimento e aprendizagem; formação de lideranças e relações entre pares; mobilização por direitos; redes de colaboração presenciais e digitais; e produção de saberes no trânsito entre militância e academia. As citações diretas foram preservadas conforme os documentos

consultados, inclusive quando apresentam variações ortográficas próprias do português europeu.

REFERENCIAL TEÓRICO

As associações de surdos ocupam lugar histórico na formação de comunidades linguísticas, culturais e políticas. Elas oferecem espaços de encontro nos quais a comunicação visual pode ocorrer sem a mediação permanente de padrões ouvintes, favorecendo vínculos, circulação de informações e reconhecimento entre pares. Em contextos nos quais muitos surdos crescem em famílias ouvintes e frequentam instituições onde o contato com adultos surdos é limitado, a associação pode representar uma das primeiras experiências de pertencimento comunitário. Por isso, seu papel extrapola a função administrativa: trata-se de um espaço de socialização, construção identitária, aprendizagem de direitos e desenvolvimento de competências de organização coletiva.

Os dados de Vasconcelos *et al*. (2016, p. 85-87) são particularmente elucidativos. Entre os participantes pesquisados, os amigos surdos tiveram papel decisivo na aproximação com associações, e um dos entrevistados relatou que o contato com um amigo o levou a conhecer outros surdos e, posteriormente, a participar da fundação de uma associação da qual se tornou presidente. Outro participante associou a compreensão de sua condição de sujeito de

direitos ao convite de um amigo surdo e à entrada em uma associação. O associativismo, nesse sentido, articula dimensão afetiva e dimensão política: a amizade abre a porta para a comunidade, e a comunidade amplia a consciência sobre direitos, responsabilidades e possibilidades de intervenção.

A centralidade da Libras aparece como condição para que essas relações se tornem efetivamente formativas. Um dos depoimentos analisados por Vasconcelos *et al*. explicita a relação entre língua, associação e reconhecimento comunitário:

> [...] já sofri muito na comunicação com outras pessoas, fui muito prejudicado, conheci libras ainda na infância, foi muito bom, facilitou minha participação na associação. O contato do surdo com a comunidade surda deve ser incentivado, pois a sua construção humana se dá prioritariamente no contato com os outros surdos, reconhecendo e valorizando uns aos outros e, sobretudo, aceitando sua condição de cidadão, a despeito de não ouvir (E5) (Vasconcelos *et al*., 2016, p. 87).

O depoimento permite compreender a associação como lugar em que a língua de sinais não é apenas instrumento de comunicação, mas condição de participação. Quando a pessoa pode acompanhar discussões, narrar experiências, discordar, propor e assumir responsabilidades em sua própria língua, o espaço associativo torna-se também espaço de exercício de cidadania. A liderança se desenvolve justamente nessa passagem da presença para a

participação: o sujeito deixa de ser apenas frequentador e passa a atuar na organização de atividades, na mediação de conflitos, na defesa de pautas e na representação coletiva.

A experiência da Associação dos Surdos de Santa Maria (ASSM) reforça essa interpretação. Souza e Ribas (2026, p. 2) registram que a associação, fundada em 1985, esteve vinculada à preservação e ao desenvolvimento da língua de sinais, à defesa de direitos, à valorização da cultura surda e à promoção de atividades esportivas, culturais e educacionais. No estudo, práticas como voleibol e minivoleibol são analisadas como espaços de trocas culturais e fortalecimento organizacional. Isso mostra que o associativismo não se limita a reuniões formais ou agendas reivindicatórias; práticas de convivência, esporte e cultura também produzem redes, pertencimento e capacidade de organização.

A liderança em movimentos sociais envolve capacidade de interpretar conjunturas, organizar pessoas, definir estratégias e produzir sentidos compartilhados. Ao recuperar Morris e Staggenborg, Vasconcelos et al. registram que líderes de movimentos são "decisores estratégicos que inspiram e organizam os demais para participarem nos movimentos sociais" (Morris; Staggenborg, 2004, p. 171 *apud* Vasconcelos *et al*., 2016, p. 83). Aplicada ao movimento surdo, essa formulação ajuda a compreender por que a liderança depende tanto de vínculos comunitários: inspirar e organizar requer reconhecimento dos

pares, domínio dos códigos da comunidade e capacidade de transformar necessidades dispersas em demandas compartilhadas.

Gil (2011) apresenta um recorte particularmente pertinente ao tema deste artigo porque seus quatro participantes são homens surdos reconhecidos como líderes. A autora observa que eles circulam entre a comunidade surda e a sociedade ouvinte, atuando na defesa de direitos, na sensibilização social e na promoção da língua gestual portuguesa. A síntese de sua investigação é direta: "A militância pelos direitos de cidadania plena é o que torna estes homens em líderes" (Gil, 2011, p. 43). A frase desloca o foco da posição formal para a prática política. O que confere densidade à liderança é a continuidade da militância, a disposição para defender interesses coletivos e a construção de reconhecimento no interior da comunidade.

Na interpretação de Gil, experiências de discriminação e opressão também se relacionam à coesão comunitária e ao fortalecimento de práticas de liderança:

> Outro factor que observámos, é que a opressão aumenta a intensidade da liderança, ironicamente. A opressão sociológica que advém de uma condição clínica, a discriminação própria desta minoria linguística e cultural, proporciona a existência de um fenómeno natural, a coesão entre a minoria e o incremento da liderança dentro da comunidade Surda. A liderança é, assim, o antídoto mais eficaz contra a discriminação (Gil, 2011, p. 51).

A passagem expressa uma interpretação situada da autora sobre a liderança como resposta coletiva à discriminação. Em sua síntese dos participantes, Gil também destaca compromisso, conhecimento cultural, capacidade de mobilização e defesa da língua de sinais. Para os homens estudados por Gil (2011, p. 50-51), expressões como lutar, militar, ensinar a língua gestual e atuar no movimento associativo aparecem como marcas biográficas. A liderança, desse modo, é narrada como investimento prolongado na comunidade, em que vida pessoal, participação associativa e responsabilidade pública frequentemente se entrelaçam.

Vasconcelos *et al*. (2016, p. 86-89) chegam a resultado convergente ao destacar que seus participantes, quatro deles homens, mantinham convivência com a comunidade surda e haviam exercido funções de destaque em associações. O contato com outros surdos e com lideranças já reconhecidas foi recorrente. Todos mencionaram referências ou ídolos surdos, e a inserção na língua de sinais favoreceu tomada de decisões, ampliação de relações sociais e desenvolvimento de liderança. Esses achados evidenciam um mecanismo de formação por modelagem comunitária: observar adultos surdos em posições de responsabilidade torna imagináveis trajetórias que, em outros ambientes, poderiam parecer inacessíveis.

A delimitação masculina, novamente, precisa ser tratada com cautela. As pesquisas utilizadas permitem descrever experiências de

homens surdos, mas não demonstram que compromisso, carisma, militância ou capacidade de gestão sejam características de gênero. Pelo contrário, a própria demanda por pesquisas comparativas indicada por Gil (2011, p. 51) reforça que as trajetórias masculinas devem ser compreendidas como experiências situadas. O valor analítico do recorte está em tornar visível como determinados homens foram socializados politicamente em associações e movimentos, e não em atribuir à masculinidade uma natureza específica de liderança.

O associativismo adquire dimensão mais ampla quando as redes locais se conectam a um movimento social capaz de produzir pautas nacionais. Brito (2016, p. 766) define o movimento surdo brasileiro como um sistema de relações sociais composto principalmente por pessoas surdas, grupos e organizações de surdos, cuja emergência se consolidou nos anos 1980. A primeira geração de ativistas participou de manifestações voltadas à igualdade de oportunidades, acessibilidade e comunicação. Ao longo dos anos 1990, essas pautas passaram a incorporar, de forma crescente, a compreensão da surdez como particularidade linguística e cultural e a defesa do reconhecimento da Libras.

Esse deslocamento não eliminou a luta por cidadania, mas ampliou seu vocabulário político. A reivindicação deixou de se limitar ao acesso genérico a serviços e passou a incluir o direito de existir publicamente como comunidade linguística. Brito (2016, p. 767-768)

mostra que a campanha pela oficialização da Libras foi sustentada por diferentes repertórios de ação: passeatas, documentos, abaixo-assinados, formação de instrutores e intérpretes, criação de comitês, interlocução com autoridades e lobby parlamentar. A aprovação da Lei n. 10.436/2002 resultou, nessa leitura, de uma longa acumulação de ações coletivas produzidas pelo próprio movimento, em colaboração com pesquisadores, profissionais e agentes públicos.

Caldas (2021) documenta essa dinâmica ao narrar a preparação de mobilizações em Porto Alegre, nas quais se articularam lideranças surdas, estudantes, famílias, professores, intérpretes, universidades e agentes políticos. A força da mobilização esteve na capacidade de produzir uma linguagem coletiva e símbolos públicos, bem como de ocupar a cidade e entregar propostas a autoridades. Sua narrativa demonstra que protagonismo surdo não é sinônimo de isolamento. A liderança surda pode manter alianças com ouvintes sem abrir mão da centralidade da voz, da língua e das decisões da própria comunidade.

A ideia de rede é decisiva para evitar duas simplificações. A primeira seria imaginar que conquistas históricas decorreram de indivíduos excepcionais; a segunda, pensar que a colaboração com atores ouvintes anula o protagonismo surdo. Brito (2016, p. 768) mostra que pesquisadores e agentes públicos integraram redes relevantes, mas ressalta a origem das demandas e a continuidade das ações coletivas dos ativistas surdos. O protagonismo, portanto, pode

ser entendido como capacidade de conduzir agendas e definir sentidos políticos, mesmo em processos que envolvem coalizões diversas.

Essa interpretação também permite reconhecer a dimensão pedagógica do movimento. Ao organizar manifestações, elaborar documentos e negociar políticas, seus participantes aprendem procedimentos institucionais, produzem conceitos e compartilham interpretações sobre língua, cultura e direitos. A ação coletiva forma sujeitos ao mesmo tempo em que transforma instituições. Assim, liderar significa igualmente ensinar e aprender: transmitir memória de lutas anteriores, orientar participantes mais novos, construir argumentos públicos e incorporar novos conhecimentos às estratégias do grupo.

Albres, Santiago e Lacerda (2015, p. 201-205) analisaram textos verbo-visuais publicados em grupos do Facebook relacionados à luta pela educação bilíngue. As autoras observaram que as imagens de líderes são produzidas e reconhecidas no interior das interações da comunidade, frequentemente associadas a figuras de guerreiros e super-heróis. Essa representação, embora possa personalizar o movimento, também cumpre função de memória e identificação coletiva: os líderes aparecem diante de uma coletividade que lhes atribui sentido e que se reconhece nas pautas defendidas. A circulação de imagens, nesse caso, participa da construção de cidadania mediada pelas redes.

Garcêz (2017, p. 193-200), ao examinar representação política discursiva em um grupo de lideranças no Facebook, em audiência pública e em conferência nacional, identificou que a legitimidade das demandas se apoiava fortemente na coletivização das questões. Nos espaços virtuais, a história compartilhada do povo surdo aparecia com particular intensidade, permitindo que experiências e acontecimentos fossem usados para construir vínculos de pertença e autoridade política:

> No grupo do Facebook nota-se um movimento de coletivização mais intenso que nas outras arenas, mas com um ponto de partida diferente. Se antes a história de vida individual era o ponto de partida, agora a história do povo surdo se revela um meio para a constituição dessa coletividade mostrando-se uma fonte de autoridade frequentemente acionada. [...] A ideia é criar discursivamente os vínculos dessa pertença de algo que é um povo, a partir de algo que já aconteceu e que diz respeito a cada uma das lideranças e a todas elas juntas ao mesmo tempo. Por isso são acionadas predominantemente no grupo do Facebook (Garcêz, 2017, p. 200).

A análise ajuda a entender por que redes digitais não são apenas canais de divulgação. Elas podem funcionar como arenas em que se constroem coletividades, se disputam interpretações e se reconhecem representantes. Garcêz (2017, p. 198-200) mostra que lideranças mobilizam diferentes fontes de autoridade conforme a arena: conhecimentos legais e científicos, credenciais, experiências

profissionais, histórias pessoais e histórias do povo surdo. No Facebook, a narrativa histórica coletiva ganha especial relevância, porque conecta participantes por meio de memórias e símbolos já compartilhados.

A literatura também registra tensões. Gil (2011, p. 50-51) menciona preocupações com o possível esvaziamento de associações diante de novas tecnologias. Mais de uma década depois, os estudos de redes digitais sugerem uma leitura menos dicotômica: plataformas on-line podem dispersar formas tradicionais de encontro, mas também podem conectar pessoas e produzir novas mobilizações. O desafio é combinar presença associativa e conectividade digital, evitando que a rapidez das redes substitua os espaços duradouros de formação, convivência e transmissão de responsabilidades.

Nesse sentido, redes de colaboração eficazes são híbridas. A associação oferece continuidade institucional e memória local; a universidade amplia recursos de pesquisa e formação; os movimentos nacionais articulam agendas comuns; as redes digitais dão velocidade e alcance à comunicação. A liderança surda contemporânea tende a transitar entre essas esferas. Sua capacidade de articulação depende de manter a centralidade da língua de sinais e, simultaneamente, construir pontes com ambientes institucionais diversos.

Brito (2016, p. 767-768) descreve, desde os anos 1990, um intercâmbio entre ativistas surdos e pesquisadores de áreas como

Linguística e Educação. Essa interação contribuiu para a circulação de conhecimentos sobre o estatuto linguístico da Libras, o bilinguismo e a compreensão da comunidade surda como minoria linguística e cultural. Com o tempo, uma geração de acadêmicos surdos e ouvintes passou a circular entre universidade e movimento social. Essa circulação não deve ser interpretada como mera transferência de conhecimento da academia para a comunidade; as experiências do movimento também reorganizaram problemas de pesquisa, categorias analíticas e agendas institucionais.

Souza e Reichert (2025, p. 308-324) aprofundam essa discussão ao analisar a autoria acadêmica de lideranças surdas e a circulação de saberes de um projeto coletivo intercultural. Para os autores, a produção acadêmica surda pode converter experiências de militância em capital científico mobilizado também na esfera pública. Ao organizar os tipos de conhecimentos envolvidos nesse processo, eles destacam uma pluralidade de saberes que se articulam na ação coletiva:

> Os saberes práticos: que identificam as formas e instrumentos que os movimentos recorrem em suas tarefas da ação coletiva, a exemplo das mobilizações, lobbys, autoria, passeatas, cartas, autoria, teatro, poesia, manifestações culturais em redes sociais da internet, entre outras, nas quais há escuta das narrativas e protagonismos de seus fazeres; (Souza; Reichert, 2025, p. 323).

A tipologia evidencia que conhecimento político não se limita a teoria acadêmica. Saber organizar uma passeata, redigir uma proposta, compreender uma legislação, ensinar Libras, registrar memória comunitária ou participar de debate público são formas de conhecimento produzidas e refinadas no movimento. Souza e Reichert (2025, p. 323-324) ainda distinguem saberes sociais e políticos, simbólicos e interculturais, linguísticos, cognitivos e epistêmicos, reflexivos e éticos. Tal amplitude ajuda a compreender a liderança como trabalho intelectual situado: o líder articula informações, interpreta experiências, constrói argumentos e mobiliza repertórios conforme a arena em que atua.

Para homens surdos que transitam do associativismo para a docência, a pesquisa ou a pós-graduação, essa passagem pode ampliar a capacidade de intervenção pública. A experiência associativa fornece problemas, memórias e compromissos; a formação acadêmica oferece ferramentas de sistematização, escrita, investigação e interlocução institucional. Quando essas dimensões se encontram, a autoria acadêmica pode atuar como extensão da militância, sem que toda produção científica precise ser reduzida a ativismo. O ponto central é reconhecer que sujeitos surdos deixam de figurar apenas como objetos de pesquisa e passam a produzir perguntas, teorias, documentos e análises a partir de suas próprias posições sociais.

Essa mudança também altera relações de autoridade. Em debates públicos, conhecimentos científicos e experiências vividas podem funcionar conjuntamente como fontes de legitimidade. Garcêz (2017, p. 198-200) identificou a mobilização de conhecimentos legais e científicos ao lado de histórias coletivas e experiências profissionais. Assim, a figura do pesquisador surdo não está separada da rede comunitária: sua autoridade pode resultar justamente da combinação entre formação acadêmica, pertença linguística, trajetória de militância e reconhecimento pelos pares.

A produção de saberes, por fim, fortalece memória e continuidade. Textos acadêmicos, registros históricos e pesquisas feitas por pessoas surdas transformam experiências que poderiam permanecer restritas à oralidade ou à memória local em materiais acessíveis a novas gerações e a outros pesquisadores. Souza e Reichert (2025) mostram que essa autoria permite confrontar representações subalternizantes e legitimar temas antes marginalizados. Produzir conhecimento passa, portanto, a ser uma forma de protagonismo: é disputar quem pode interpretar a experiência surda, quais questões merecem investigação e quais saberes entram em circulação pública.

A permanência do protagonismo surdo depende da capacidade de renovar lideranças e manter redes de colaboração abertas. As fontes analisadas sugerem que a formação de líderes ocorre quando sujeitos encontram pares, referências adultas, espaços de participação e

condições linguísticas para assumir responsabilidades. Se esses ambientes se enfraquecem, a transmissão de repertórios políticos também pode ser comprometida. Por isso, o fortalecimento de associações não deve significar apenas preservação institucional, mas criação de oportunidades concretas para jovens surdos participarem de decisões, projetos, eventos e processos formativos.

A experiência descrita por Souza e Ribas (2026) mostra uma possibilidade concreta: atividades esportivas e culturais podem fortalecer organização associativa e criar redes entre participantes. De modo semelhante, universidades e cursos de formação podem aproximar jovens de pesquisadores e professores surdos. Plataformas digitais, por sua vez, podem ampliar o alcance dessas iniciativas. O elemento comum é a existência de projetos compartilhados nos quais pessoas surdas atuem não apenas como público, mas como organizadoras, autoras e responsáveis por decisões.

Nessa perspectiva, liderança colaborativa não significa ausência de dirigentes, mas distribuição de agência. Presidentes de associações, ativistas, docentes e pesquisadores podem exercer funções distintas sem concentrar a totalidade do poder de representação. Quanto mais a rede cria mecanismos de escuta, alternância, formação e documentação, maior sua capacidade de sobreviver à saída de uma liderança específica. O protagonismo

coletivo torna-se, assim, critério de sustentabilidade política e epistêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das fontes permite concluir que o protagonismo, a liderança e as redes de colaboração entre homens surdos se constituem em processos relacionais. As trajetórias estudadas não apresentam líderes que se formam isoladamente; elas mostram sujeitos que encontram outros surdos, ingressam em associações, aprendem ou ampliam o uso da língua de sinais, identificam referências adultas, participam de espaços de militância e passam a assumir responsabilidades coletivas. O associativismo funciona, nesse percurso, como lugar de pertencimento, socialização política e aprendizagem prática da liderança.

As experiências masculinas descritas por Gil (2011) e por Vasconcelos *et al*. (2016) indicam que compromisso, reconhecimento comunitário, defesa da língua de sinais e militância são componentes recorrentes da liderança. No entanto, esses dados não devem ser convertidos em atributos da masculinidade. O recorte permite compreender homens surdos em determinadas redes históricas e institucionais, mas não oferece base para hierarquizar gêneros ou estabelecer diferenças essenciais. A ausência de comparação sistemática reforça a necessidade de pesquisas futuras que examinem

gênero em articulação com geração, raça, classe, território, escolarização e outras dimensões sociais.

O movimento social amplia a escala do associativismo ao conectar organizações, lideranças, pesquisadores, escolas, universidades e agentes públicos. A campanha pelo reconhecimento da Libras, reconstruída por Brito (2016), demonstra que conquistas jurídicas resultaram de longa mobilização coletiva e de redes que combinaram protagonismo surdo e alianças. Nessa dinâmica, liderar significa transformar experiências em pautas, articular arenas e manter continuidade entre ações locais e agendas mais amplas.

As redes digitais introduzem novas possibilidades e tensões. Os estudos de Albres, Santiago e Lacerda (2015) e Garcêz (2017) mostram que ambientes on-line são capazes de produzir reconhecimento de lideranças, memória coletiva, circulação de argumentos e mobilização. Ao mesmo tempo, a permanência de espaços associativos segue relevante para convivência, formação de confiança e transmissão de responsabilidades. A questão não é escolher entre associação e rede digital, mas construir ecossistemas híbridos em que diferentes meios se complementem.

A produção de saberes aparece como uma das expressões mais significativas do protagonismo contemporâneo. Quando lideranças surdas ingressam na pesquisa e na docência, experiências comunitárias podem ser sistematizadas, criticadas e colocadas em circulação em

novos campos. Souza e Reichert (2025) evidenciam que saberes práticos, teóricos, técnicos, políticos, culturais, linguísticos e epistêmicos se articulam na autoria acadêmica surda. Essa articulação amplia a capacidade do movimento de intervir tanto em políticas públicas quanto nos próprios regimes de produção do conhecimento.

Em síntese, redes de colaboração sustentáveis combinam memória e renovação, protagonismo e parceria, associação e conectividade. Para que novas lideranças surdas emerjam, são necessários espaços em que a língua de sinais tenha centralidade e responsabilidades reais sejam compartilhadas. O futuro do associativismo depende da capacidade de formar coletivos que distribuam voz, conhecimento e poder de decisão.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino; SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Interações em redes sociais e as representações sobre a liderança da comunidade surda em textos verbo-visuais. **Calidoscópio**, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 201-209, maio/ago. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.4013/cld.2015.132.06. Acesso em: 8 jul. 2026.

BRITO, Fábio Bezerra de. O movimento surdo no Brasil: a busca por direitos. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, n. S1, p. 766-769, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1111/1471-3802.12214. Acesso em: 15 jul. 2026.

CALDAS, Ana Luiza Paganelli. Memórias, histórias e narrativas da liderança surda na luta pela cidadania: da semente plantada à árvore

crescida. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 6, e69252, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.5216/RS.v6.69252. Acesso em: 23 jul. 2026.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira. Representação política discursiva e movimento social dos surdos: coletivização de questões como fonte de autoridade. **Organicom**, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 192-203, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2017.139367. Acesso em: 30 jul. 2026.

GIL, Cristina Isabel Caciones. A liderança na Comunidade Surda Portuguesa: estudo qualitativo sobre quatro líderes Surdos. **Cadernos de Saúde**, Lisboa, v. 4, n. 1, p. 43-52, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.34632/cadernosdesaude.2011.2813. Acesso em: 3 set. 2026.

MORRIS, Aldon D.; STAGGENBORG, Suzanne. Leadership in social movements. In: SNOW, David A.; SOULE, Sarah A.; KRIESI, Hanspeter (ed.). The Blackwell companion to social movements. **Oxford: Blackwell Publishing**, 2004. p. 171-196. Disponível em: https://doi.org/10.1002/9780470999103.ch8. Acesso em: 9 set. 2026.

SOUZA, Gabriel de; REICHERT, Ines Caroline. Autoria acadêmica do movimento surdo brasileiro: circulação de saberes de um projeto coletivo intercultural. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 21, n. 40, p. 308-328, jan./jul. 2025. Disponível em: https://doi.org/10.30612/rehr.v21i40.18873. Acesso em: 12 set. 2026.

SOUZA, Maria Esther Gomes de; RIBAS, João Francisco Magno. O voleibol e o minivoleibol para surdos na região de Santa Maria: um estudo histórico da modalidade praticada por surdos na região de Santa Maria/RS. **Movimento,** Porto Alegre, v. 32, e32012, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.22456/1982-8918.142754. Acesso em: 16 set. 2026.

VASCONCELOS, Norma Abreu e Lima Maciel de Lemos; SERRANO, Elsie Alejandrina Pérez; MENDES, Enicéia Gonçalves; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez. História de vida de líderes surdos: um estudo a partir da sua trajetória em movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 1, p. 79-92, jan./mar. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000100007. Acesso em: 18 set. 2026.